





# Repensando o passado escravista no RS: Entre a história Social e a nova história cultural\*

**Maria Angélica Zubaran**

Ph.D. em História pela State University of New York (SUNY), Stony Brook, NY, EUA.

## resumo

O artigo propõe uma breve reflexão sobre as transformações da historiografia da escravidão e abolição no Brasil nos últimos trinta anos, entre os anos de 1960 e 1990. Examina a abordagem sociológica predominante na história social da escravidão brasileira nos anos sessenta, discute os enfoques que marcaram a produção historiográfica da década de setenta e analisa as aproximações entre a história social e as diversas abordagens culturais nas décadas de oitenta e noventa. Finalmente, historiciza alguns aspectos teóricos abordados a partir de evidências empíricas sobre as políticas de liberdade de escravos e libertos no Rio Grande do Sul no final do século XIX.

## Palavras-chave

Historiografia, História Social, História Cultural

## abstract

The article intends to analyse the transformations in the Brazilian historiography of slavery and abolition during the past three decades, from 1960s to 1990s. The author examines the sociological approach which prevailed in the social history of slavery in the sixties, discusses the main trends of the historiography in the seventies and analyzes the crossfertilization between social history and the various cultural approaches in the eighties and nineties. Finally, the author historicizes some of the theoretical aspects mentioned in the discussion, with empirical evidences of slaves and freedpeople politics of freedom in Rio Grande do Sul in the last decades of nineteenth-century.

## Key words

Historiography, Social History, Cultural History

\* Comunicação apresentada em 14/09/98, no Seminário "História: Análise do Passado e Projeto Social" do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria.

Repensar o passado escravista significa revisar o discurso historiográfico sobre a escravidão e abolição no Brasil e o papel da teoria nesta área de pesquisa histórica. Vale lembrar, como afirma o historiador Elias Thomé SALIBA, que a atividade teórica não é um fim em si mesma, mas que deve cumprir seu papel na produção de um conhecimento argumentável e verificável.<sup>1</sup> Ademais, pensar a história como um discurso construído pelo historiador sobre o passado significava também refletir sobre o compromisso do historiador para além da produção de um conhecimento objetivo, mas capaz de produzir orientações para os seres humanos no seu presente e futuro.

Nessa direção, a presente comunicação propõe uma breve reflexão sobre a historiografia da escravidão e abolição no Brasil entre os anos de 1960 e 1990. Não pretendo fazer um levantamento exaustivo da bibliografia, mas deter-me-ei em alguns autores que ofereceram contribuições relevantes para o avanço da historiografia brasileira neste campo do conhecimento. Para tanto, sugiro quatro momentos de discussão: primeiro, uma problematização da abordagem sociológica predominante na história social da escravidão brasileira nos anos 60; segundo, discutir o enfoque predominante na produção historiográfica da década de setenta, e em terceiro lugar, refletir sobre as aproximações entre a história social e as diversas abordagens culturais nas décadas de 80 e 90. Finalmente, farei um relato do meu próprio trabalho sobre as políticas de liberdade de escravos e libertos no RS no final do século XIX quando procurarei “historicizar” alguns aspectos teóricos abordados anteriormente.

A nível internacional, a expressão história social num sentido amplo se constituiu em oposição às limitações da historiografia tradicional e associada na Inglaterra à história social do trabalho e do movimento socialista e na França, em sua versão dominante, ao movimento dos

Annales. Como afirma Hebe de CASTRO, a definição do social se construiu como uma prática historiográfica que priorizava os fenômenos coletivos sobre os indivíduos e as tendências a longo prazo sobre os eventos na explicação histórica.<sup>2</sup> Foi na França, nas décadas de 1950 e 1960, sob a direção de Ernest Labrousse que a história social surgiu como uma especialidade. As características fundamentais do estilo francês de história social foram: a ênfase em grandes conjuntos de variáveis capazes de medir o comportamento social, a preferência dada a séries e números na análise de fenômenos sociais e a escolha de um referencial de tempo suficientemente longo para tornar visíveis as transformações de longa duração.<sup>3</sup>

No Brasil, o primeiro conjunto de trabalhos acadêmicos voltados para a história social da escravidão nasceria na década de sessenta, em grande parte, em torno da chamada “escola sociológica paulista de Florestan Fernandes”.<sup>4</sup> Esses autores desempenharam papel relevante na revisão das concepções do sociólogo Gilberto Freyre sobre a brandura da escravidão brasileira e na denúncia dos mitos do escravo submisso e do senhor benevolente.<sup>5</sup> Em geral, com algumas nuances, os trabalhos da chamada “Escola Paulista” sobre abolição centraram suas análises nas contradições internas geradas pela expansão do capitalismo numa sociedade escravista. Quanto à participação dos escravos no processo de abolição, era secundária, vista como dependente do movimento abolicionista, assumindo-se que somente quando liderados pelos abolicionistas, os escravos tornar-se-iam agentes ativos de sua emancipação.<sup>6</sup> A ênfase desses autores nos interesses econômicos e na violência da dominação escravista acabou por relegar o escravo a uma posição de “vítima passiva”, destituído de vontade própria, incapaz de compreender sua própria realidade social e de reagir de forma organizada à escravidão. De acordo com Fernando Henrique CARDOSO, “o sentido real e

<sup>1</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Mentalidades ou história socio-cultural: a busca de um eixo teórico para o conhecimento*. p.36.

<sup>2</sup> CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. p. 47.

<sup>3</sup> REVEL, Jacques. “Microanalysis and the Construction of the Social”. In: REVEL, Jacques; HUNT, Lynn (Orgs.). *Histories: French Constructions of the Past*. p. 493.

<sup>4</sup> FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*; IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*; COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*.

<sup>5</sup> Os primeiros historiadores que questionaram as teses de Gilberto Freyre foram: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas e* STEIN, Stanley. *Vassouras: A Brazilian Coffee County 1850-1900*.

<sup>6</sup> Cf. COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala...* Op. cit., pp. XXXVIII- XXXIX e IANNI, Otávio. *As metamorfoses...* Op. cit., pp. 204-205.



profundo da escravidão teria, contudo, de permanecer inacessível à consciência escrava”.<sup>7</sup>

Na década de setenta, a historiografia da abolição no Brasil privilegiou a ação dos escravos como fator decisivo no processo de sua emancipação. A ênfase no escravo como sujeito histórico se caracterizou como um corretivo aos trabalhos anteriores, que viram nas motivações estruturais e na liderança abolicionista os fatores fundamentais da abolição da escravidão. Destacam-se na historiografia brasileira desse período os trabalhos de Robert Toplin, Robert Conrad, Warren Dean, Suely Robles Reis de Queiroz e muitos outros.<sup>8</sup> Na sua maioria, tais trabalhos tiveram como foco o protesto aberto dos escravos ao sistema escravista, através dos quilombos, das rebeliões, das fugas em massa, dos assassinatos de senhores. Nesta linha, o trabalho de Warren DEAN sobre Rio Claro cumpriu papel preponderante tanto no seu aspecto de crítica às posturas anteriores, quanto por apresentar novos argumentos para repensar a participação da comunidade escrava no processo de abolição. Para Dean, era inaceitável considerar os escravos como seres inertes e passivos cuja situação só se alterou quando condições exteriores ao seu entendimento mudaram.<sup>9</sup>

Foi somente a partir de meados da década de 80, que a produção da história social da escravidão no Brasil foi marcada pela agitação intelectual dos anos 60 e 70 na Europa e pelas novas abordagens teóricas e metodológicas, tanto da historiografia social marxista, quanto das obras produzidas pelos Annales, em direção à chamada nova história cultural.

A defasagem teórico-metodológica de uma década, na produção da história cultural brasileira, refletia a relação entre história, experiência vivida e historiografia. De acordo com Ronaldo Vainfas, em termos acadêmicos, com exceção da Universidade de São Paulo, os cursos de pós-graduação em história estavam apenas come-

çando no Brasil dos anos 70 sendo incipiente a recepção de uma historiografia atualizada. Por outro lado, entre as razões de natureza extra-acadêmica, o apogeu do regime militar brasileiro, nos anos 70, constrangeu a política editorial do país e limitou o debate teórico dentro das universidades.<sup>10</sup> O redimensionamento da história social brasileira, revelando uma ampliação de objetos e documentos e uma diversidade de interpretações do social insere-se, portanto, no contexto de redemocratização das instituições públicas, incluindo as universidades e as escolas de primeiro e segundo graus, quando os debates e as trocas de experiências sobre educação se intensificaram. Também o “boom” editorial que caracterizou a história social da escravidão no final da década de oitenta, relacionado às celebrações dos 100 anos da abolição no Brasil, possibilitou que a nova história cultural da escravidão viesse a público e começasse a ser discutida.

Nesta guinada rumo à história cultural, o eixo central da história social se deslocou do estudo das estruturas para o estudo das vivências cotidianas, da ênfase nos comportamentos sociais para a ênfase nas representações coletivas da realidade e no significado que os indivíduos atribuíam às suas ações e ao mundo. Em termos metodológicos, a ênfase na cultura significou a predominância das perspectivas antropológicas sobre as alianças tradicionais com a economia e a sociologia. No entanto, como afirma Hebe de CASTRO, seria enganoso imaginar que a história social tenha se desenvolvido em direção à história cultural, de modo harmônico e homogêneo.<sup>11</sup> Podemos apontar pelo menos três diferentes referências teóricas, muito adotadas e às vezes combinadas, no quadro da recente historiografia sobre escravidão e abolição no Brasil.

De um lado, a historiografia neomarxista inglesa, particularmente, a obra de E.P. THOMPSON sobre a história social do trabalho na Inglaterra do século XVIII, publicada nos anos 60 e traduzida

<sup>7</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e ...* Op. cit., p. 219.

<sup>8</sup> CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888*; TOPLIN, Robert. *The Abolition of Slavery in Brazil*; DEAN, Warren. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820 - 1920*; QUEIROZ, Suely Robles de. *Escravidão Negra em São Paulo: Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX*.

<sup>9</sup> DEAN, Warren. *Rio Claro: A Brazilian plantation System, 1820-1920*. Op. cit. p.126.

<sup>10</sup> VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Orgs). *Domínio da História ...* Op. cit. p. 159.

<sup>11</sup> CASTRO, Hebe, “História Social”. Op. cit. p. 51.



<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa; idem, "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Class?"; idem, "Patrician Society, Plebeian Culture".

<sup>13</sup> GENOVESE, Eugene. Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made.

<sup>14</sup> SCOTT, James. Domination and the Arts of Resistance.

<sup>15</sup> Cf. GUTMAN, Herbert, The Black Family in Slavery and Freedom 1750-1925; LAWRENCE, Levine. Black Culture and Black Consciousness; RABOTEAU, Albert J. Slave Religion.

<sup>16</sup> Cf. CASTRO, Hebe. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). História da vida privada no Brasil. 2.

<sup>17</sup> Sobre o conceito de representações cf.: CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações; idem, "O Mundo como Representação". Estudos avançados; PESAVENTO, Sandra. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". Revista Brasileira de História.

<sup>18</sup> Sobre a micro-história cf.: GINSBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios e LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In Burke, Peter. A Escrita da história.

<sup>19</sup> Cf. GINSBURG, Carlo. O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.

no Brasil na década de 80.<sup>12</sup> Também nesta linha da chamada "história vista de baixo" ou "history from below", a obra de Eugene GENOVESE, **Roll Jordan Roll**, elaborada em torno da história afro-americana pré-Guerra Civil, foi uma das obras que mais inspirou teoricamente a história social da escravidão no Brasil.<sup>13</sup> A maior contribuição teórica destes autores foi repensar criticamente o conceito gramsciano de hegemonia cultural. Para Thompson e Genovese, a hegemonia política e cultural das elites não foi capaz de impedir as classes subalternas de desenvolverem seu próprio modo de trabalho, lazer e ritos. James SCOTT, cientista político da Universidade de Yale, ao refletir sobre o conceito de hegemonia, também enfatizou a capacidade das classes populares de resistirem ao domínio das elites e de sustentarem uma cultura relativamente autônoma, consistente com suas próprias experiências e necessidades ou ainda de incorporar parcialmente a cultura hegemônica, selecionando alguns aspectos e rejeitando outros.<sup>14</sup> Nessa mesma direção, a historiografia sobre escravidão no Sul dos Estados Unidos tem enfatizado a capacidade dos escravos manterem uma síntese criativa entre as influências africanas e a experiência da escravidão na América, de forma a construírem uma visão de mundo, que não era nem mera sobrevivência africana, tampouco mero reflexo da experiência da escravidão, mas práticas culturais autônomas, nem sempre em concordância com o interesse de seus senhores.<sup>15</sup> Estes estudos enfatizaram, portanto, a possibilidade de existência de uma cultura popular relativamente autônoma no interior das relações paternalistas, resultado da experiência cotidiana comum das camadas subalternas. Os estudos de Thompson e Genovese contribuíram ainda para a revisão dos conceitos de dominação e resistência, na sociedade escravista e o redimensionamento das relações entre senhores, escravos e libertos. A política de domínio senhorial, particularmente no século XIX, passou a ser entendida como resultado de relações re-

cíprocas de direitos e deveres, entre senhores e escravos, envolvendo um complexo processo de acomodação, negociação e enfrentamentos. O conceito de resistência foi ampliado, de forma a incluir as estratégias cotidianas de limitação às imposições senhoriais e de conquista de espaços de relativa autonomia, dentro do cativeiro, o que ficou conhecido como resistências cotidianas. Exemplos das conquistas dos cativos no cativeiro são a chamada brecha camponesa, os dias de descanso, a família escrava, o pecúlio, a compra da alforria.<sup>16</sup>

A relação da história social da escravidão e abolição com a Nova História Francesa (Escola dos Annales) manifestou-se não somente no uso de novas fontes documentais (particularmente os processos judiciais e inquisitoriais) e de novos temas (a questão da morte, da família, da criança), mas também pela ênfase nas representações coletivas, tanto no que se refere às construções das elites, como, particularmente, às representações alternativas, construídas pelos próprios escravos. Nesse sentido, os conceitos de imaginário social, de representações sociais e de apropriação cultural têm inspirado os historiadores da escravidão e abolição na busca de um melhor entendimento dos valores, significados e expectativas da comunidade escrava.<sup>17</sup>

Outra tradição que tem inspirado os trabalhos de historiadores da escravidão e abolição é a experiência de um grupo de historiadores italianos com a micro-história desde finais da década de 1970, particularmente as reflexões teóricas de Carlo GINZBURG.<sup>18</sup> GINZBURG, embora egresso da história das mentalidades, fez a crítica do conceito de mentalidades e adotou as noções de cultura popular e circularidade cultural, inspirado na antropologia cultural.<sup>19</sup> A marca principal desta influência é uma redução da escala de abordagem e a escolha de histórias de vida como eixo central das análises históricas. No entanto, como argumenta Giovanni Levi, a redução da escala de análise signi-



fica um ponto de partida em direção à generalização, reconhecendo-se a relativa liberdade dos sujeitos históricos, mas não fora das limitações dos sistemas prescritivos.<sup>20</sup>

Entre os livros que problematizaram a escravidão e a abolição com base nas abordagens da história cultural apontadas acima, estão: **Ser escravo no Brasil**, de Kátia Mattoso (1982), **Rebelião escrava no Brasil**, de João José Reis (1986), **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites de Célia Azevedo** (1987), **Crime e escravidão**, de Maria Helena Machado (1987), **Campos da violência**, de Silvia Lara (1988), **Negociação e conflito** de João José Reis e Eduardo Silva (1989), **Visões da liberdade**, de Sidney Chalhoub (1990), **O plano e o pânico**, de Maria Helena Machado (1994), **Das cores do silêncio**, de Hebe de Castro (1995), **Resgate: uma janela para o oitocentos**, de Hebe de Castro e Eduardo Schnoor (orgs) (1995), **Negras imagens: Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**, de Lilia Moritz Schwarcz e Letícia de Sousa Reis (orgs.) (1996) e artigos da coleção **História da Vida Privada no Brasil**, vol 1 e 2, (1997).

Entre esses trabalhos, particularmente aqueles produzidos sobre escravidão urbana têm contribuído para repensar a noção de uma rígida dicotomia entre escravidão e liberdade no século XIX. Nessa direção, alguns estudos têm demonstrado a difusão da propriedade escrava, mesmo entre os pobres e escravos.<sup>21</sup> Outros historiadores, como Kátia Mattoso, João José Reis, Eduardo Silva, Sidney Chalhoub e Hebe de Castro, têm demonstrado a capacidade dos escravos e libertos participarem ativamente no mercado de trabalho urbano e de construir laços de suporte mútuo e solidariedade de grande impacto na erosão da política de dominação paternalista, característica da escravidão brasileira.<sup>22</sup> Desta forma, a historiografia dos anos 80 e 90 tem contribuído decisivamente para alargar o campo de possibilidades do protesto

escravo, explorando as estratégias cotidianas de escravos e libertos dentro da própria instituição escravista. Afinal, como resumiu Eduardo SILVA, além do tempo histórico da revolta, é necessário abordar também o tempo da normalidade, muito mais largo.<sup>23</sup> Ou ainda, segundo James Scott, não se pode reduzir a política dos grupos subordinados à aparente acomodação ou aos atos de rebeldia aberta.<sup>24</sup> Nesta direção, a nova historiografia da escravidão tem questionado o uso de oposições binárias (acomodação versus resistência) para explicar as estratégias cotidianas de escravos e libertos, bem como, suas percepções de liberdade e escravidão. Estes autores têm sugerido que os valores dos escravos evoluíram de acordo com o equilíbrio de relações de poder, de forma que atitudes aparentemente contraditórias podiam coexistir no mesmo indivíduo em diferentes momentos ou por diferentes razões. Seus trabalhos enfatizaram ainda os diferentes usos que os escravos e libertos fizeram de referenciais culturais produzidos pelas elites. Neste sentido, destacam-se os trabalhos sobre a abolição de Rebecca SCOTT em Cuba e de Sidney CHALHOUB, no Rio de Janeiro.<sup>25</sup>

Passo a comentar, agora, alguns resultados das investigações desenvolvidas para minha tese de doutorado sobre as políticas de liberdade dos escravos e contratados no Rio Grande do Sul, nas três últimas décadas da escravidão.<sup>26</sup> O ponto de partida de meu estudo foi a análise do discurso oficial abolicionista das elites políticas e dos profissionais liberais ligados ao Centro Abolicionista, a fim de verificar de que forma as elites gaúchas perceberam e representaram a abolição no final do século XIX. Meu argumento central é que as elites políticas e os abolicionistas se utilizaram do discurso do gaúcho libertário e patriótico, defensor da liberdade e da dignidade nacional, para estabelecer uma continuidade retórica com o “glorioso passado” riograndense e desta forma validar publicamente sua estratégia abolicionista e as

<sup>20</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história”. Op. cit., p.138.

<sup>21</sup> SCHWARTZ, Stuart. “Padrões de propriedades de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil”. Revista de Estudos Econômicos e CASTRO, Hebe. Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.

<sup>22</sup> REIS, João José. Slave rebellion in Brazil: the Muslim Uprising of 1835 in Bahia; REIS e SILVA. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil; CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte; CASTRO, Hebe. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista.

<sup>23</sup> Cf. SILVA, Eduardo. “Por uma Nova Perspectiva das Relações Escravistas”. Sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH), p.142.

<sup>24</sup> Cf. SCOTT, James. Op. cit. p. 20.

<sup>25</sup> Cf. SCOTT, Rebecca. slave emancipation in Cuba, 1860-1899; Chalhoub, Sidney. Op. cit.

<sup>26</sup> Cf. ZUBARAN, Maria Angélica. Slaves and contractors: The politics of Freedom in Rio Grande do Sul, 1865-1888.



segurar uma “transição pacífica” da escravidão para a liberdade. Entre os elementos fundamentais selecionados para construção do discurso oficial abolicionista, destaca-se a associação da abolição com o patriotismo e a defesa da nação. Os proprietários riograndenses de escravos eram representados como patrióticos e generosos na “concessão” das manumissões, corroborando a tradição histórica da vocação nacionalista e patriótica dos gaúchos. A imagem dos proprietários de escravos generosos era justificada com a idéia da manumissão caridosa, que teria como resultado a gratidão dos libertos aos ex-senhores.

A fim de construir a imagem de uma abolição filantrópica, caridosa e completamente voluntária, as elites locais e os abolicionistas fizeram uso de dois recursos retóricos, a saber, o encobrimento e o eufemismo.<sup>27</sup> Um exemplo do uso do encobrimento foi a ausência de referências às manumissões pagas pelos escravos no discurso oficial abolicionista. As elites riograndenses recorreram ao eufemismo para obscurecer os aspectos coercitivos da manumissão condicional à prestação de serviços, dando a impressão de uma mudança cosmética e neutra. Outra característica do discurso oficial abolicionista foi a imagem da abolição pacífica e não-partidária, enfatizando a harmonia entre os partidos políticos e a ausência

de conflitos sociais, de maneira a possibilitar que os laços entre “senhores protetores” e “ex-escravos dependentes” fossem preservados após a abolição. A noção do liberto dependente era reforçada através da representação dos ex-escravos como vítimas indefesas, que necessitavam da proteção

de seus “caridosos ex-senhores” ou através da auto-representação dos abolicionistas como os “agentes naturais”, na defesa dos interesses escravos.

Também investiguei as imagens construídas pelos viajantes europeus e cronistas locais sobre os escravos urbanos, na Porto Alegre do século XIX, a fim de avaliar em que medida essas representações reforçaram ou desafiaram os valores hegemônicos raciais e as hierarquias sociais dominantes. Analisei os escritos de viagem do empresário inglês John Luccock, do comerciante francês e naturalista amador Arsène Isabelle e do oficial austríaco Joseph Hörmeyer, todos membros da classe média e que publicaram suas narrativas de viagem em vida, entre 1808 e 1850. Estes viajantes, entre outros, foram os principais produtores de imagens do Rio Grande do Sul para o imaginário Europeu. Eles produziram quatro imagens gerais das experiências dos escravos urbanos no Rio Grande do Sul, influenciados pelos estereótipos racistas e pelas hierarquias euroimperialistas: a imagem do “childlike slave” (escravo infantilizado), a imagem do “escravo como besta de carga,” a imagem do “escravo mártir, desafortunado”, e a imagem do “escravo indolente, improdutivo”. Apesar de suas ênfases diferenciadas, esses viajantes representaram os escravos urbanos através de características raciais e os perceberam sempre como “outros”, definidos em oposição hierárquica aos valores superiores da civilização européia. Portanto, é importante sublinhar os limites do discurso masculino euroimperial, cuja retórica homogeneizante desconsiderou as diferenças de gênero e a diversidade cultural e tendeu a considerar todos os negros como similares. Quanto aos cronistas locais, embora eles tenham elaborado uma descrição mais detalhada da cultura afro-brasileira, suas imagens foram também etnocêntricas, evidenciando os preconceitos raciais e culturais de seus narradores brancos. Neste sentido, ao nível político, ambos os discursos, o dos viajantes europeus e o dos cronistas locais contribuíram para perpetuar os valores raciais e as hierarquias sociais hegemônicas, enfatizando a inferioridade social e política dos afro-brasileiros em Porto Alegre.

<sup>27</sup> Cf. SCOTT, James. Op. cit. p. 50-54.

é importante sublinhar os limites do discurso masculino euroimperial, cuja retórica homogeneizante desconsiderou as diferenças de gênero e a diversidade cultural e tendeu a considerar todos os negros como similares.



Num segundo momento, ao analisarmos as práticas cotidianas dos senhores, escravos e contratados durante o processo gradual de abolição no Rio Grande do Sul, ficaram evidentes características bem distintas daquelas enfatizadas no discurso oficial abolicionista e reforçadas pelos viajantes europeus e cronistas locais. Não havia, portanto, correspondência entre discurso e prática. Uma característica marcante nas práticas dos senhores riograndenses foi o apego ao trabalho escravo até às vésperas da abolição. Embora os senhores riograndenses tenham manumitido seus escravos quatro anos antes da abolição nacional (1884), muitos deles tentaram conservar o trabalho escravo nas charqueadas e nos serviços domésticos com um novo arranjo. Este apego ao trabalho escravo ficou evidenciado na constante e crescente demanda dos serviços dos escravos urbanos em Porto Alegre nas últimas três décadas da escravidão. Evidência adicional foi a solução “abolicionista” utilizada pelos proprietários de escravos gaúchos, criando um status intermediário entre escravidão e liberdade, de forma a “abolir” a escravidão e preservar o trabalho escravo.

Quanto aos imigrantes alemães, freqüentemente descritos como contribuindo de maneira decisiva para a formação de atitudes anti-escravistas e para o avanço do processo abolicionista no Rio Grande do Sul, vimos que, de maneira geral, também participaram das práticas e concepções fundamentais da sociedade escravista gaúcha no século XIX. Eles foram pequenos proprietários de escravos domésticos, vendedores ambulantes e marinheiros. As cartas de liberdade concedidas pelos senhores teuto-riograndenses são reveladoras da sua mentalidade escravocrata seja na reprodução da ideologia paternalista, seja no sentido de considerar seus escravos como uma mercadoria valiosa.

Outra evidência do apego dos senhores riograndenses ao trabalho escravo é encontrada nas suas atitudes nas Cortes de

Justiça de primeira instância, quando tentaram bloquear a libertação judicial de seus escravos. A interferência do Estado na política de manumissão foi percebida, por muitos deles, como arbitrária e abusiva. Os senhores de escravos ressentiram-se e resistiram à classificação de seus escravos pelo Fundo de Emancipação. O objeto central da resistência senhorial foram as baixas indenizações judiciais arbitradas pelos avaliadores de escravos. Os senhores de escravos gaúchos contaram com o apoio da polícia para prender ilegalmente seus escravos que entravam em juízo pela liberdade, antes da realização da audiência para avaliação judicial do preço do escravo.

A segunda característica marcante do processo gradual de abolição no Rio Grande do Sul foi a intensa resistência cotidiana de escravos e contratados, tanto dentro dos limites institucionais, quanto no rompimento dos contratos de prestação de serviço. A reconstrução das estratégias cotidianas dos escravos urbanos dentro das vias institucionalizadas pela sociedade escravista foram examinadas, tanto no processo de manumissão, quanto nas ações de liberdade iniciadas pelos escravos nos juízos de primeira instância.

O objetivo da investigação do processo de manumissão foi, em primeiro lugar, questionar as concepções dicotômicas (acomodação versus resistência, internalização versus rejeição dos valores dominantes) na explicação do comportamento escravo durante o processo de abolição. Em segundo lugar, enfocar particularmente a resistência dos escravos alforriados condicionalmente, juridicamente chamados *statu-liber* e como souberam reverter em seu próprio benefício o status intermediário entre a escravidão e a liber-

Quanto aos imigrantes alemães, freqüentemente descritos como contribuindo de maneira decisiva para a formação de atitudes anti-escravistas e para o avanço do processo abolicionista no Rio Grande do Sul, vimos que, de maneira geral, também participaram das práticas e concepções fundamentais da sociedade escravista gaúcha no século XIX.



dade. Por último, trata-se de relativizar a noção de uma rígida dicotomia entre escravidão e liberdade, na escravidão urbana do final do século XIX e de argumentar que os limites entre escravidão e liberdade eram bastante indefinidos, envolvendo múltiplos arranjos híbridos.

Meu argumento principal é que embora a manumissão tenha sido um importante mecanismo da política de dominação senhorial, os escravos urbanos foram capazes de redirecionar o processo em seu próprio proveito, explorando qualquer possibilidade de negociação dentro dos limites do processo

de manumissão. O elevado número de manumissões pagas, 44%, mostrou que este processo resultou crescentemente, da iniciativa dos escravos e libertos e não da “generosidade” dos senhores. Acredito que o grande número de manumissões pagas resultou da combinação de dois aspectos: primeiro, da inserção dos escravos de aluguel e de ganho no mercado de trabalho urbano e suburbano; segundo, da habilidade dos escravos urbanos de negociarem o pagamento de valor de sua liberdade. Nas fontes analisadas, expressões como “proposta, acordo, convenção, compromisso” foram usadas frequentemente para referir-se ao processo de negociação que se estabeleceu durante o processo de manumissão. Também a diversidade nas formas de pagamento do preço da liberdade, tais como pagar em prestações mensais, com dinheiro investido em cadernetas de poupança na Caixa Econômica Estadual, com serviços pessoais ou através da apresentação de um escravo substituto atestam a crescente capacidade do escravo urbano de negociar sua liberdade. Ficou também comprovada a importância da rede de relações sociais entre escravos e libertos no processo de alforria. Particularmente, ficou evidente a importância da família escrava como fonte de suporte econômico na transição da escravidão para a liberda-

de.

As manumissões concedidas condicionalmente corresponderam a 33,98% do total. De acordo com as cartas de alforrias, a grande maioria das liberdades condicionais (192 em 220) era concedida mediante a assinatura de contrato de prestação de serviços. Podemos observar na amostra das cartas concedidas condicionalmente que o período de prestação de serviço foi explorado taticamente, pelos contratados, no sentido de reduzir os anos de trabalho compulsório, inicialmente, da condição de prestar serviços até a morte do senhor, para um período máximo de sete anos, de acordo com a lei de 1871 e nos anos oitenta, a maior parte das manumissões condicionais era obtida após cinco anos de trabalho compulsório, algumas sendo concedidas em até menos tempo. Portanto, muitos alforriados sob contrato de serviço obtiveram sua liberdade antes do período estipulado pela lei de 1871 e antes da abolição total da escravidão. Apontei também evidências de que alguns contratados se utilizaram dos poucos direitos legais que a condição de *statu-liber* lhes oferecia para acelerar sua liberdade. Por exemplo, os contratados condenados criminalmente tinham a penalidade de açoites comutada para a de multas, uma vez que os açoites eram aplicáveis somente aos escravos, ou ainda, logravam obter sua liberdade, após denunciarem a transferência ilegal de seus serviços (os serviços do *statu-liber* eram intransferíveis). Ademais, mostrei como os contratados exploraram as peculiaridades do mercado de trabalho urbano riograndense, caracterizado por uma escassez relativa de trabalho e criaram um espaço para barganha, forçando seus contratadores a expandirem as obrigações tradicionais do pacto paternalista, para incluir a remuneração de seus serviços durante a prestação de serviços. Portanto, os contratados não podem ser visto unicamente como vítimas de seus ex-senhores ou de novos contratadores, ou como incapazes de defender seus próprios interesses.

ficou evidente a importância da família escrava como fonte de suporte econômico na transição da escravidão para a liberdade.

<sup>25</sup> Minha interpretação dos significados da liberdade inspira-se na abordagem de Hebe de Castro sobre os significados da liberdade no sudeste escravista. Cf. CASTRO, Hebe. *Das cores do silêncio*.



Este trabalho demonstrou também que senhores e escravos interpretaram a manumissão de forma diferenciada e que, portanto, os escravos construíram significados de liberdade alternativos à visão de mundo dos seus senhores. Meu argumento é que os escravos construíram os significados da liberdade tendo como referência as experiências de liberdade compartilhadas com os libertos assim como com aqueles escravos com maior autonomia dentro do cativeiro.<sup>28</sup> Também a experiência de trabalho temporário remunerado foi decisiva para os escravos urbanos construírem concepções de liberdade, alternativas às noções de seus senhores. Os significados alternativos de liberdade, construídos pelos escravos no final do século XIX, estavam associados ao direito à remuneração pelo seu trabalho, ao fim da supervisão senhorial, ao direito de viver “por si mesmo”, ao direito de locomoção, ser “livre para ir para qualquer lugar”. Nos anos oitenta, a manumissão passou também a ser vista como um direito natural de todos os cidadãos. Esta noção da liberdade como um direito natural foi embasada particularmente no texto da lei de 1871 e na retórica liberal dos abolicionistas.

Num segundo momento, analisei as estratégias legais dos escravos urbanos nas ações de liberdade acionadas nos juízos de primeira instância entre 1865 e 1888. Meu objetivo foi enfatizar o impacto político das iniciativas legais dos escravos no processo gradual de abolição. Meu argumento é que ao utilizarem os dispositivos da lei de 1871 para a compra da liberdade contra a vontade de seus senhores, os escravos desafiaram o direito de propriedade de seus senhores e a exclusividade da autoridade senhorial na concessão da alforria.<sup>29</sup> Se, por um lado, a lei de 1871 tentou disciplinar as pressões escravas pela liberdade, por outro lado, ao reconhecer o direito dos escravos ao pecúlio e a compra da alforria, criou mecanismos que passaram a comprometer a política de dominação escravista. Como afirmou Hebe de CASTRO, ao reconhecer, nos escravos, o direito ao pecú-

lio e à compra da liberdade, o Estado retirou dos senhores a administração da esperança da alforria.<sup>30</sup> Trata-se, portanto, de investigar como os escravos se apropriaram do texto legal abolicionista para pressionar pela própria liberdade. Estas práticas confirmam os argumentos de James Scott, na medida em que atestam a capacidade dos subordinados de afirmar seus interesses dentro do discurso oficial.<sup>31</sup> Se o Estado Imperial e as elites regionais tentaram no processo de abolição manter o trabalho compulsório e criar libertos dependentes, os próprios libertos apropriaram-se do texto da lei de 1871 ou fugiram ao cumprimento dos contratos de trabalho assinados por ocasião da liberdade condicional. Uma evidência da resistência legal dos contratados foram os processos para obter a liberdade completa e a remissão dos anos de serviço compulsório restantes. Outra forma de resistência dos contratados foi o não-cumprimento de um grande número de contratos de serviço, transgredindo a estratégia abolicionista das elites e comprometendo seus desígnios de transformar o trabalho escravo em trabalho compulsório. Num contexto de crescente consenso contra a escravidão e de intensa pressão dos escravos e contratados, a estratégia gradualista das elites riograndense não foi capaz de conter os desejos e as iniciativas de escravos e contratados pela liberdade.

## Bibliografia

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria de Mattos. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



\_\_\_\_\_. História Social. In: CARDO-SO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-59.

\_\_\_\_\_. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: império.** São Paulo : Companhia das Letras, 1997, pp.338-383.

CASTRO, Hebe Maria de Mattos e SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos Rio de Janeiro :** Topbooks, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte São Paulo:** Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural : entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O Mundo como Representação. **Estudos avançados.** São Paulo: 11 (5), jan/abr. p.173-191,1991.

CONRAD, Robert. **The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888.** Berkeley: University of California Press, 1972.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1966.

DEAN, Warren. **Rio Claro: a brazilian plantation system,1820 -1920.** Stanford: Stanford University Press, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

GENOVESE, Eugene. **Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made.** New York : Vintage Books, 1974.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GUTMAN, Herbert, **The Black Family in Slavery and Freedom 1750-1925.** New York: Pantheon Books, 1976.

IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo.** São Paulo: Difel, 1962.

LAWRENCE, Levine. **Black culture and black consciousness .** Oxford: Oxford University Press, 1977.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.**São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.142-148.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v 15, n.29,p. 9-27,1995.

QUEIROZ, Sueli Robles de. **Escravidão negra em São Paulo: Um Estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

RABOTEAU, Albert J. **Slave religion .** Oxford: Oxford University Press, 1978.

REIS, João José. **Slave rebellion in Brazil: the Muslim Uprising of 1835 in Bahia.** Baltimore, Maryland : The Johns Hopkins Press, 1993.

REIS e SILVA. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. "Microanalysis and the Construction of the Social". In: REVEL, Jacques; HUNT, Lynn (Orgs.). **Histories: French Constructions of the Past.** New York : The New Press, 1995, p. 492-512.

SALIBA, Elias Thomé. **Mentalida-**



des ou história socio-cultural: a busca de um eixo teórico para o conhecimento. **Margem**, São Paulo: n.1, p. 29-36, mar.1992.

SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedades de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Revista de Estudos Econômicos**. São Paulo: 13:1, p. 259-287, 1983.

SCOTT, James. **Domination and the arts of resistance**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Rebecca. **Slave emancipation in Cuba, 1860-1899**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

SILVA, Eduardo. Por uma Nova Perspectiva das Relações Escravistas. **Sociedade brasileira de pesquisa histórica** (SBPH), São Paulo, Anais da V Reunião, 1988, p. 141-147.

STEIN, Stanley. **Vassouras: a brazilian coffee county 1850-1900**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottman. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Class?". **Social History**, Londres, n. 3, 1978, 133-165.

\_\_\_\_\_. "Patrician Society, Plebeian Culture". **Journal of social history**. Londres: n.7, 382-405, 1974.

TOPLIN, Robert. **The abolition of slavery in Brazil**. New York: Atheneum, 1975.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Slaves and Contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, 1865-1888**. New York, U.S.A : Tese (doutorado), History Department, State University of New York (SUNY) , maio de 1998.

## Endereço da autora

Maria Angélica Zubaran

Rua Cap. Euclides de Castro, 265 / 503

88080010 - Florianópolis - SC